



ACESSE O MATERIAL
COMPLETO EM:
[senado.leg.br/omv/
pesquisanacional](https://senado.leg.br/omv/pesquisanacional)

PARCEIROS

10 ANOS Gⁿ

instituto
natura

natura AVON

REALIZAÇÃO

SENADO
FEDERAL



Pesquisa
DataSenado

+ Mapa
Nacional da
Violência de
Gênero

20 ANOS

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, TRANSFOBIA E ACESSO À PROTEÇÃO ENTRE MULHERES TRANS E TRAVESTIS

11ª PESQUISA NACIO-
NAL DE VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER
MULHERES TRANS

2026

FICHA TÉCNICA

Secretaria de Transparência

Isadora de Castro Selos —
Diretora

Marcos Ruben de Oliveira —
Coordenador Geral e estatístico
responsável

Instituto de Pesquisa DataSenado

José Henrique de Oliveira Varanda
— Coordenador do Instituto de
Pesquisa DataSenado

Rolf Regehr — Chefe de Serviço
de Pesquisa e Análise

Alexandre de Lana Silva

Anderson Ferreira Dos Santos

Sidney da Silva Pereira Bissoli

Observatório da Mulher contra a Violência

Maria Teresa Prado —
Coordenadora do OMV

Adriana Martins Dornelas

Andreza Rios de Carvalho

Bruna Silva Rosa dos Santos

Eleonora Stanziona Viggiano

Fernanda Pereira Rocha

Paloma Lizete Castro

Equipe Técnica

Ângela Barbosa Reis Lúz

Aretha Pessanha Cordeiro

Arthur Lima Gomes

Damião Flávio dos Santos

Danilo Freire Holanda de Paiva

Filipe da Silva Borges

Gabriele Lima Gomes

Lucas Caires de Sousa

Pedro Leonardo C. M. Barbosa

Vinicius Regadas S. Montezuma

Coleta de Dados

NEXUS — Pesquisa e Inteligência
de Dados Ltda

Design

Casa Grida

Agradecimentos

Comitê Permanente pela
Promoção da Igualdade de Gênero
e Raça do Senado Federal

Stella Maria Vaz Santos Valadares
— Coordenadora

Christian Caetano de Lima

Daniela de Oliveira Duschenes

Deiziane Vieira Costa

Iara Silva Bido

Iasminy Fernandes Silva

Julia Simões Dos Santos

Ludmila Neves Barbosa da Silva

Maria Luíza Dos Santos Bernardes

Associação Nacional de Travestis e Transexuais — ANTRA

Bruna Benevides

Gênero e Número

Vitória Régia da Silva

Lola Ferreira

Gabriela Costa

Instituto Matizes

Lucas Bulgarelli

Raíssa Sidrím

Vote LGBT

Alciana Paulino

Instituto Natura

Beatriz Accioly Lins

Elaine Silva de Paula

Giuliana Roberta Borges

Instituto Patrícia Galvão

Jacira Melo

Marisa Sanematsu

PARCEIRO DE DIVULGAÇÃO

10 ANOS  instituto natura

REALIZAÇÃO

Observatório da Mulher
contra a Violência Instituto de Pesquisa
DataSenado Procuradoria Especial
da Mulher

SENADO
FEDERAL 



UMA VIOLÊNCIA AINDA POUCO VISÍVEL

A violência contra mulheres trans e travestis permanece pouco documentada pelas estatísticas oficiais brasileiras. A ausência de dados consistentes, aliada às barreiras de acesso às políticas públicas e aos serviços de proteção, dificulta a compreensão da dimensão dessa violência e dos desafios enfrentados por essa população.

Para contribuir com esse debate, a 11ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher realizou uma investigação exploratória com 43 mulheres trans e travestis de diferentes regiões do país. Os resultados revelam experiências marcadas por violência doméstica, transfobia, discriminação institucional e baixo acesso à rede de proteção.

ENTRE AS MULHERES TRANS E TRAVESTIS ENTREVISTADAS,

56% sofreram violência doméstica nos últimos 12 meses

51% conhecem pouco sobre a Lei Maria da Penha

88% das vítimas de transfobia não procuraram serviço de proteção à mulher



QUEM SÃO ESSAS MULHERES

Jovens, majoritariamente negras/ indígenas e com vulnerabilidades socioeconômicas

A pesquisa ouviu principalmente mulheres trans jovens. A maioria se identifica como preta, parda ou indígena e vive em contextos marcados por desigualdades econômicas e dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

73%
TÊM MENOS
DE 39 ANOS

70%
SÃO PRETAS,
PARDAS OU
INDÍGENAS

30% NÃO CONSEGUEM
SE SUSTENTAR
FINANCEIRAMENTE

A violência no cotidiano



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA MUITAS VEZES NÃO É RECONHECIDA

Mais da metade das entrevistadas relatou ter vivido violência doméstica ou familiar no último ano. Apesar disso, apenas uma pequena parcela reconheceu inicialmente essas situações como violência.

56%

das mulheres trans e travestis sofreram violência doméstica nos últimos 12 meses, mas apenas **9% reconheceram inicialmente essas experiências como violência**



47%

acham que as mulheres são menos respeitadas na rua

A violência psicológica aparece como a forma mais frequente de agressão, seguida pela violência física e moral.

TIPO DE VIOLÊNCIA (ENTRE AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

95%

VIOLÊNCIA FÍSICA

80%

VIOLÊNCIA MORAL

80%

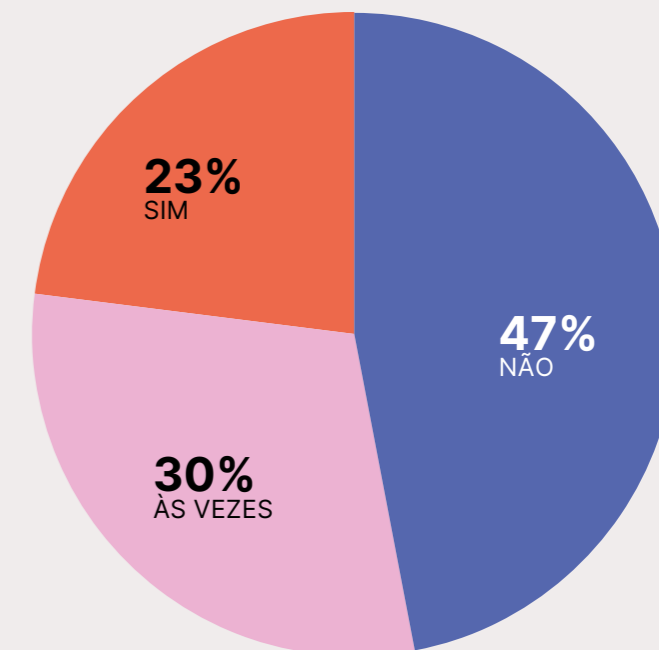
26%

VIOLÊNCIA DIGITAL sofreram alguma situação de violência digital

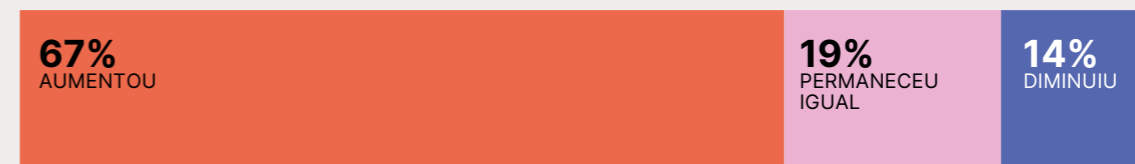
De forma geral, você acha que as mulheres são tratadas com respeito no Brasil?

“Estamos num país com muito preconceito, e o machismo e a transfobia ainda comandam, mas a gente sempre está à procura de uma luta para mostrar ser quem nós somos realmente.”

(23 ANOS, RORAIMA)



NA SUA OPINIÃO, NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES:



DE FORMA GERAL, VOCÊ CONSIDERA O BRASIL UM PAÍS:



2% NADA MACHISTA

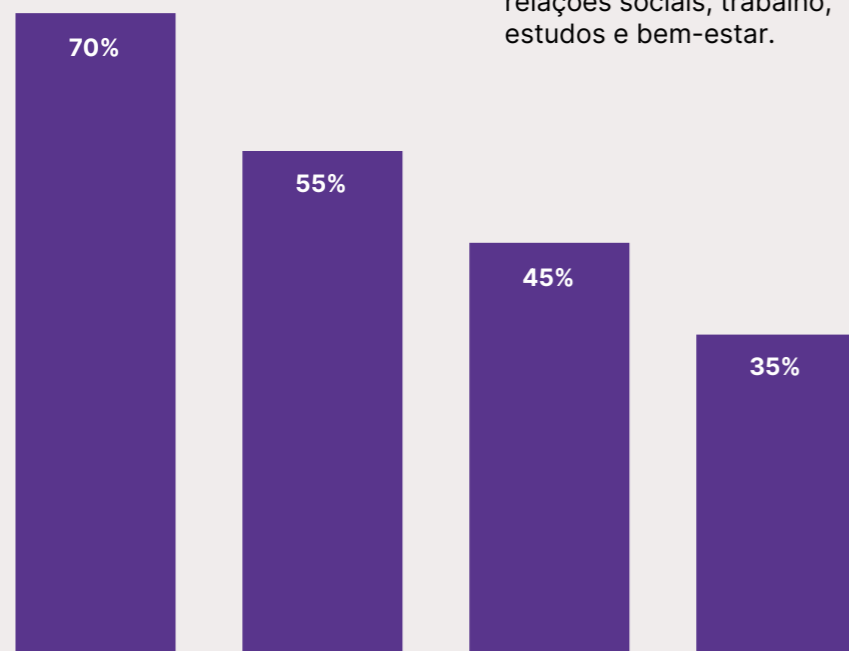
2% NÃO SEI/ PREFERO NÃO RESPONDER

Impactos da violência



CONSEQUÊNCIAS PARA A VIDA COTIDIANA

Os impactos da violência ultrapassam o momento da agressão e afetam relações sociais, trabalho, estudos e bem-estar.



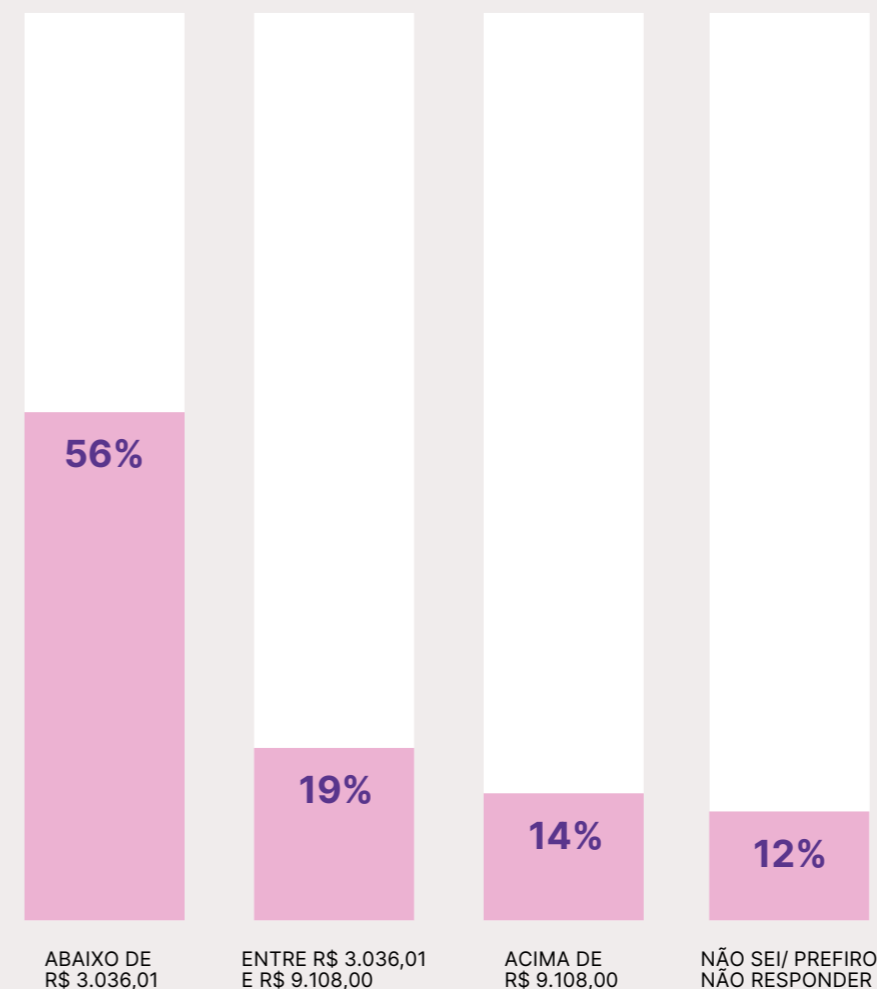
JÁ NO MERCADO DE TRABALHO, APENAS



RELATARAM ESTAR OCUPADAS, ENQUANTO 42% SE ENCONTRAM FORA DA FORÇA DE TRABALHO E 7% DESOCUPADAS

FONTE: Instituto de Pesquisa DataSenado - coleta de 16.5 a 8.7.2025.

Qual foi a renda total da sua família no mês passado, somando as rendas e benefícios de todas as pessoas que moram com você, inclusive a sua?



“Eu acredito que a segregação, tanto racial quanto sexual, ela interfere no meio de como eu sou tratada em âmbitos como; profissional, educacional ou até mesmo em lugares aonde eu tento acessar por meio de saúde pública. Contribuem de forma severa para a minha exclusão, me empurrando para a margem da sociedade.”

(BAHIA, 16 A 29 ANOS)

FONTE: Instituto de Pesquisa DataSenado - coleta de 16.5 a 8.7.2025. NOTA: Soma dos percentuais difere de 100% devido ao arredondamento.



Violência nas relações afetivas



PARCEIROS E EX-PARCEIROS ESTÃO ENTRE OS PRINCIPAIS AGRESSORES

Os resultados mostram que a violência frequentemente ocorre dentro de relações afetivas. Ciúmes e inconformismo com o término do relacionamento aparecem entre as principais motivações associadas às agressões.



APONTAM PARCEIRO OU EX-PARCEIRO como agressor



afirmaram que, no momento da agressão mais grave, **O AUTOR ESTAVA COM CIÚMES**



afirmaram que **o AGRESSOR ESTAVA INCONFORMADO COM O TÉRMINO** ou tentativa de término do relacionamento

Os dados aproximam as experiências de mulheres trans e travestis das dinâmicas históricas da violência doméstica enfrentada por mulheres cisgênero, reforçando a importância da aplicação da Lei Maria da Penha nesses casos.

TRANSFOBIA: A VIOLÊNCIA QUE NÃO CABE EM CASA

Hostilidade também ocorre em espaços públicos e serviços

Além da violência doméstica, as entrevistadas relataram situações frequentes de discriminação associadas ao fato de serem mulheres trans e travestis.

FORAM MAL ATENDIDAS EM SERVIÇOS DE SAÚDE

27%

FORAM IMPEDIDAS DE ENTRAR EM ESPAÇOS PÚBLICOS

20%

SENTIRAM DESCONFORTO POR ESTAR EM ESPAÇOS COLETIVOS

54%

FORAM AGREDIDAS VERBALMENTE

40%

FORAM MAL ATENDIDAS EM ÓRGÃOS PÚBLICOS

38%

“Nós, mulheres trans, sofremos muito por questões do patriarcado, do machismo e da misoginia, ainda mais que, sobre a transfobia, está meio que imposta no país.”

(18 ANOS, PARAÍBA)



LEI MARIA DA PENHA PROTEGE MULHERES TRANS

Em 2022, o Superior Tribunal de Justiça determinou que a Lei Maria da Penha deve proteger todas as mulheres, independentemente de serem cis ou trans. O objetivo principal da lei é enfrentar a violência doméstica e familiar cometida por razões de gênero — termo utilizado no texto da legislação —, não tendo a ver com o sexo designado no nascimento. Por isso, o ministro Rogério Schietti Cruz entendeu que as mulheres trans também devem ser protegidas pela LMP. A decisão se deu no contexto de uma mulher trans que havia sido agredida pelo pai em casa e pediu uma medida protetiva com base na Lei Maria da Penha. Ao conceder o pedido, que havia sido negado pela justiça de São Paulo antes de chegar ao STJ, a corte criou uma jurisprudência a ser seguida pelos tribunais país afora.

desproteção e desconhecimento de direitos



A REDE DE PROTEÇÃO AINDA ESTÁ DISTANTE

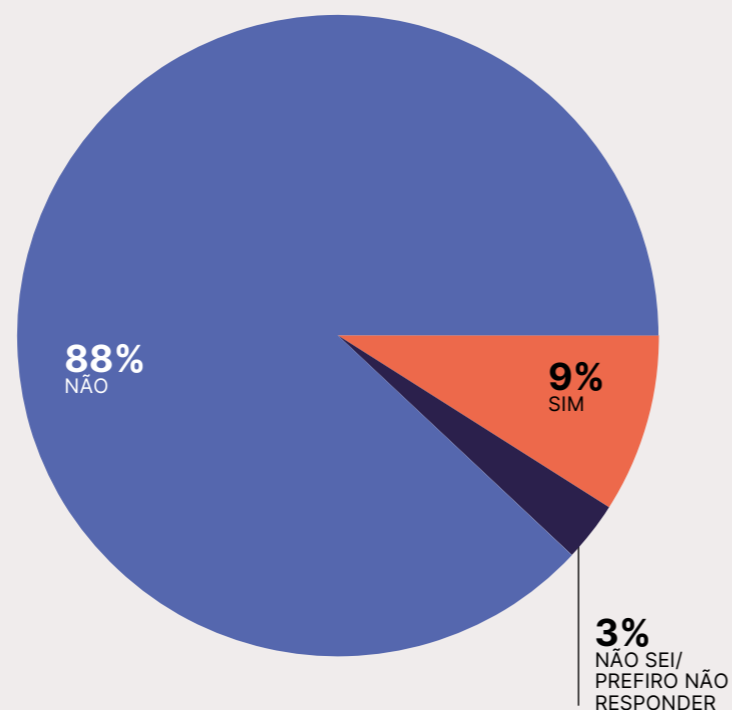
Mesmo diante da violência, a maioria das entrevistadas não buscou apoio institucional. O desconhecimento sobre mecanismos de proteção e o receio de sofrer discriminação aparecem como barreiras importantes.

88% das vítimas de transfobia não procuraram serviço de proteção à mulher

51% conhecem pouco sobre a Lei Maria da Penha

60% conhecem pouco sobre Medida Protetiva

E você procurou algum serviço de proteção à mulher por causa de alguma dessas situações?



FONTE: Instituto de Pesquisa DataSenado - coleta de 16.5 a 8.7.2025.

PRODUZIR DADOS TAMBÉM É AMPLIAR DIREITOS

A inclusão de mulheres trans e travestis na Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher responde a uma demanda apresentada pelas próprias participantes e representa um passo importante para ampliar o conhecimento sobre a violência enfrentada por essa população.

Embora exploratório e sem representatividade estatística nacional, o estudo contribui para preencher lacunas históricas de informação e fortalecer o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de proteção mais inclusivas.

“Não só as mulheres trans, mas também as mulheres cis, devem estar sempre unidas na luta, na defesa dos nossos direitos, contra a violência, contra o machismo, a misoginia e, enfim, que tenhamos forças para resistir a tudo o que está por vir, a tudo o que está aí. A luta é grande. A luta tem que ser pelo coletivo. Todas as mulheres, independentemente da orientação, sejam cis ou trans, temos que estar muito unidas. Porque a violência não faz distinção.”

(CEARÁ, 40 A 49 ANOS)



ACESSE O MATERIAL
COMPLETO EM:
[senado.leg.br/omv/
pesquisanacional](https://senado.leg.br/omv/pesquisanacional)



CONHEÇA O MAPA
NACIONAL DA
VIOLÊNCIA DE
GÊNERO